



2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2024 PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA JUSTIÇA FEDERAL DA SEXTA REGIÃO – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUIZ DE FORA/MG

Área: DIREITO

-

PROVA OBJETIVA

Orientações para a prova

1. Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 (cinquenta) questões objetivas.
2. Confira este caderno e a folha de respostas, verificando se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
3. Escreva seu nome apenas no espaço indicado nesta folha. Na folha de resposta, o candidato deve escrever, no local indicado, somente seu número de inscrição, que poderá ser confirmado pelo fiscal de prova no momento de sua realização.
4. Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
5. Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu, preenchendo completamente o quadrado correspondente.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. Não haverá tempo adicional para preenchimento da folha de respostas.
7. Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após o transcurso de uma hora a contar do início da prova.
8. Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, para futura conferência.
9. Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações do Edital continuam válidas.
10. Informações adicionais poderão ser obtidas no setor de Recursos Humanos/SESAP.JFA através do e-mail concurso.jfa@trf6.jus.br ou no link <https://portal.trf6.jus.br/estagiarios-subsecoes/juiz-de-fora/>

BOA SORTE!

Aguarde a ordem do fiscal para abrir este caderno de questões.

INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A):

Nome completo: _____

Documento de identidade: _____

PROCESSO CIVIL

1) De acordo com o Código de Processo Civil, serão representados em juízo, ativa e passivamente e passivamente:

- a) a autarquia, por quem a lei do ente federado designar
- b) a União, pelo Ministério Público Federal
- b) o Estado, por seu Governador
- c) o Distrito Federal, pelo Procurador Geral da República
- d) a massa falida, pelo inventariante
- e) o espólio, pelo curador

2) Em relação aos deveres das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa incorreta:

- a) A gratuidade da justiça compreende os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira
- b) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente
- c) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos
- d) Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas
- e) Considera-se litigante de má-fé aquele que opuser resistência justificada ao andamento do processo

3) Em relação aos atos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) As unidades do Poder Judiciário assegurarão às pessoas com deficiência acessibilidade aos seus sítios na rede mundial de computadores, ao meio eletrônico de prática de atos judiciais, à comunicação eletrônica dos atos processuais e à assinatura eletrônica
- b) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, desde que assim o requeiram

- c) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 22 (vinte e duas) horas do último dia do prazo
- d) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte
- e) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 9 (nove) às 18 (dezoito) horas

4) Em relação à petição inicial e à formulação dos pedidos, assinale a alternativa incorreta:

- a) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão
- c) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu
- d) A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé
- e) É ilícito formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles

5) Considerando as disposições sobre as provas constantes no Código de Processo Civil, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as assertivas a seguir e, em seguida, assinale a alternativa que corresponde à sequência correta:

- O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias
- O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor
- Não dependem de prova os fatos notórios
- A parte não é obrigada a depor sobre fatos criminosos ou torpes que lhe forem imputados

- a) F V F V
- b) F F V V
- c) V V V V

d) V F V V

e) V V V F

6) O juiz não resolverá o mérito quando:

a) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 20 (vinte) dias

b) reconhecer a existência de prescrição, de litispendência ou de coisa julgada

c) o processo ficar parado durante mais de 6 (seis) meses por negligência das partes

d) em caso de morte da parte, a ação for considerada transmissível por disposição legal

e) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual

7) Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre sentença e coisa julgada, assinale a alternativa incorreta:

a) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado

b) Denomina-se prescrição a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso

c) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença

d) É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão

e) São elementos da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo

8) A Lei 10.259/2001 dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. De acordo com a referida lei, não se incluem na competência do Juizado Especial Cível:

a) ações em que se postule o fornecimento de medicamentos

a) ações em que o Ministério Público atue como fiscal da lei

b) ações que versem sobre benefícios previdenciários

c) ações que versem sobre direito do consumidor

d) ações de mandado de segurança

DIREITO CIVIL

9) Considere as seguintes assertivas:

I - A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

II - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

III - São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

Marque a resposta correta, segundo o Código Civil Brasileiro:

- a) Todas as afirmativas são corretas
- b) Apenas as afirmativas I e II são corretas
- c) Apenas as afirmativas I e III são corretas
- d) Apenas as afirmativas II e III são corretas
- e) Todas as afirmativas são incorretas

10) Considerando o disposto no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica
- c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo nos casos em que não haja intenção difamatória
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome
- e) Todas as afirmativas estão corretas

11) Marque a alternativa correta, de acordo com o Código Civil Brasileiro:

- a) A União é uma pessoa jurídica de direito público externo
- b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público
- c) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público
- d) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado

- e) Nenhuma das alternativas é correta

12) Assinale a alternativa incorreta, segundo o Código Civil Brasileiro:

- a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer
- b) Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado
- c) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- d) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.
- e) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a data em que notificado da ilicitude do ato.

13) Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil Brasileiro:

- a) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial, por ser requisito de validade do ato jurídico
- b) A validade jurídica requer agente capaz
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada
- d) As partes não poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos, devendo prevalecer sempre aquelas previstas em lei
- e) Todas as afirmativas são corretas

DIREITO CONSTITUCIONAL

14) Assinale a opção correta, quando às afirmativas abaixo:

I. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal

II. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, a soberania

III. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador

- a) estão corretas apenas as afirmativas I e II;
- b) estão corretas apenas as afirmativas I e III
- c) estão corretas apenas as afirmativas II e III
- d) estão corretas todas as afirmativas
- e) todas as afirmativas estão incorretas

15) Assinale a alternativa incorreta:

- a) o art. 5º da Constituição Federal, ao prever a maior parte dos direitos e garantias fundamentais, se aplica aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País;
- b) nos termos do art. 5º da CF, é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato
- c) o Tribunal do Juri tem competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e os crimes hediondos, assim definidos em lei
- d) a lei penal somente retroagirá se for mais benéfica para o acusado
- e) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião

16) Assinale a alternativa correta. Quanto à pena privativa de liberdade, a CF prevê:

- a) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente
- b) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente no prazo de até 48 horas, para a realização da audiência de custódia, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, imediatamente
- c) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, mediante pagamento de fiança ou outra medida cautelar penal
- d) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial
- e) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança, salvo se por crime doloso contra a vida

17) São direitos sociais previstos no art. 6º da CF, exceto:

- a) transporte
- b) lazer
- c) associação
- d) saúde
- e) educação

18) Analise as assertivas abaixo e em seguida assinale a alternativa que contempla as hipóteses que se inserem no âmbito da competência da Justiça Federal de 1º grau:

I. as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia cujo controle seja da União, forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho

II. as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Estado, Município ou pessoa domiciliada ou residente no País

III. os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral

IV. os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira

- a) estão corretas apenas as afirmativas I, III e IV, apenas.
- b) estão corretas apenas as afirmativas II e III, apenas.
- c) estão corretas apenas as afirmativas III e IV, apenas
- d) todas as afirmativas estão corretas
- e) estão corretas as afirmativas I e IV, apenas

19) Sobre a competência definida na CF, assinale a alternativa correta:

- a) compete aos Tribunais Regionais Federais julgar os conflitos de competência entre Juízes vinculados a Tribunais Regionais Federais diversos
- b) compete ao STJ julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos
- c) compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, no âmbito de sua competência territorial, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União
- d) compete ao STJ julgar a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados
- e) nenhuma das respostas anteriores é correta

PROCESSO PENAL

20) Sobre o inquérito penal, é correto afirmar:

- a) os instrumentos do crime não acompanharão os autos
- b) será sempre iniciado de ofício nos crimes de ação pública
- c) pode ser arquivado por determinação da autoridade policial
- d) nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la
- e) deverá terminar no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente

21) Considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas
- b) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado
- c) o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos
- d) o exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora
- e) havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente

22) Considera-se cadeia de custódia:

- a) a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias
- b) o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte

- c) o ambiente onde permanecem os indivíduos presos em flagrante até a ocorrência da audiência de custódia
- d) o ambiente onde permanecem exclusivamente os indivíduos presos preventivamente, isto é, aqueles presos para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- e) o procedimento de uniformização da jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Criminais

23) Mário pretende sanar obscuridade verificada em sentença criminal proferida pelo juízo de uma das varas federais da Subseção X. Neste caso, Mário deverá:

- a) interpor apelação, no prazo de 15 dias
- b) opor embargos de declaração, no prazo de 15 dias
- c) opor embargos de declaração, no prazo de 5 dias
- d) opor embargos de declaração, no prazo de 2 dias
- e) interpor recurso inominado, no prazo de 10 dias

24) Em relação à instrução criminal, assinale a alternativa incorreta:

- a) nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias
- b) na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário
- c) recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente
- d) o procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade
- e) o procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade

25) Em relação à competência no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção
- b) a competência será, de regra, determinada pelo domicílio do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução
- c) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima
- d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo se conhecido o lugar da infração
- e) se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o foro de domicílio da vítima

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

26) Nos termos da Lei 8.213/1991, NÃO se considera segurado especial no Regime Geral de Previdência Social:

- a) o produtor, usufrutuário, possuidor, assentado ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rural que explore atividade agropecuária em área de até 4 módulos fiscais.
- b) o cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 anos de idade ou a este equiparado, do segurado, que, comprovadamente, trabalhe com o grupo familiar respectivo.
- c) o pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
- d) a pessoa física, proprietária ou não, que explore atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
- e) o seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos da Lei nº 9.985/2000 e faça dessas atividades o principal meio de vida

27) Considerado as disposições da Lei 8.213/1991, NÃO são considerados contribuintes individuais:

- a) as pessoas físicas, proprietárias ou não, que explorem atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos;
- b) os ministros de confissão religiosa e os membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa
- c) os brasileiros civis que trabalham no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliados e contratados, salvo quando cobertos por regime próprio de previdência social
- d) os síndicos ou administradores eleitos para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração
- e) as pessoas físicas que prestem serviço de natureza urbana ou rural, em caráter não eventual, a uma ou mais empresas, com relação de emprego

28) Assinale a alternativa que contempla hipótese legal de manutenção da qualidade de segurado, independente de contribuições:

- a) para o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, por até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições
 - b) para o segurado facultativo, por até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições
 - c) para o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, por até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições
 - d) para o segurado retido ou recluso, até 3 (três) meses após o livramento
 - e) para quem está em gozo de benefício, inclusive auxílio-acidente, sem limite de prazo
- (alternativa a)

29) Considerando o disposto na Lei 8.213/1991, assinale a alternativa em que há correta associação entre o benefício previdenciário e o período de carência exigido para a respectiva concessão:

- a) auxílio-doença: 24 (vinte e quatro) contribuições mensais
- b) aposentadoria por idade: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais
- c) aposentadoria por invalidez: 36 (trinta e seis) contribuições mensais
- d) pensão por morte: 18 (dezoito) contribuições mensais
- e) aposentadoria especial: 36 (trinta e seis) contribuições mensais

30) Constituem objetivos da Seguridade Social, exceto:

- a) proporcionalidade na forma de participação no custeio
- b) universalidade na cobertura e atendimento
- c) irredutibilidade do valor dos benefícios
- d) descentralização na Administração
- e) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais

DIREITO ADMINISTRATIVO

31) De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro, são elementos do ato administrativo todos os indicados abaixo, exceto:

- a) competência
- b) forma
- c) objeto
- d) legalidade
- e) finalidade

32) Considerando o disposto na Lei 8.112/90 que Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta:

- a) às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso
- b) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação
- c) a posse ocorrerá no prazo de sessenta dias contados da publicação do ato de provimento
- d) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse
- e) readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica

33) Analise os itens abaixo e assinale a alternativa que contempla os itens que correspondem a causas excludentes da responsabilidade civil do Estado:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e IV, apenas
- c) II, III e IV, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I e IV, apenas

34) São princípios do processo administrativo, exceto:

- a) motivação
- b) razoabilidade
- c) proporcionalidade
- d) segurança jurídica
- e) adequação

35) Considerando as disposições da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa
- b) não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na lei de improbidade os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador
- c) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não está sujeito à obrigação de repará-lo
- d) na responsabilização da pessoa jurídica, não deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, sendo desnecessário viabilizar a manutenção de suas atividades
- e) é permitida a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente de titularidade de réu em ação de improbidade

36) São entidades da administração indireta, exceto:

- a) as sociedades de economia mista
- b) as empresas públicas
- c) a União
- d) as autarquias
- e) as fundações

DIREITO PENAL

37) Em relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) não há crime sem lei anterior que o defina
- b) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- b) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- d) não há pena sem prévia cominação legal
- e) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, exceto quando outro for o momento do resultado

38) Considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido
- b) considera-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias inerentes à vontade do agente
- c) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, terá a pena reduzida de um a dois terços
- d) não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime
- e) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço

39) São penas restritivas de direito, exceto:

- a) prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas
- b) interdição temporária de direitos
- c) prestação pecuniária
- d) limitação de fim de semana
- e) detenção

40) São causas de extinção da punibilidade previstas no Código Penal, exceto:

- a) prescrição
- b) decadência
- c) perempção
- d) litispendência
- e) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso

41) São crimes contra a Administração Pública, exceto:

- a) peculato
- b) concussão
- c) prevaricação
- d) moeda falsa
- e) condescendência criminosa

42) A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza:

- a) advocacia administrativa
- b) corrupção passiva
- c) concussão
- d) peculato
- e) falsa identidade

DIREITO TRIBUTÁRIO

43) No que se refere às taxas, assinale a alternativa correta:

- a) licenciamento de veículos e multas de trânsito são tributos da espécie taxa
- b) viola a Constituição Federal a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis
- c) a instituição de taxas deve sempre observar o princípio da legalidade tributária

d) segundo o STF, a taxa em razão do exercício do poder de polícia não se justifica pela simples existência dos órgãos de fiscalização, sendo necessário que ocorra uma fiscalização individualizada que justifique a cobrança pela atividade estatal

e) as taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição

44) Sobre a obrigação tributária, em conformidade com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

a) a obrigação tributária principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos

b) a obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente

c) a capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais

d) sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa que detém relação jurídica com o contribuinte

e) fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência

45) Analise as assertivas a seguir e, em seguida, assinale a alternativa que contempla as assertivas incorretas:

I. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência

II. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal

III. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária

IV. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento

a) I, II, III e IV

b) II e IV, apenas

- c) III e IV, apenas
- d) III, apenas
- e) IV, apenas

46) Sobre Competência Tributária, analise os itens abaixo:

I. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei

II. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos

III. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra

IV. O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído

Estão corretos:

- a) todos os itens
- b) somente os itens I, II e III
- c) somente os itens II, III e IV
- d) somente os itens II e IV
- e) somente os itens I e IV

47) No sistema tributário nacional, são considerados impostos federais, isto é, arrecadados pela União, os impostos sobre:

- a) produtos industrializados, propriedade de veículos automotores e serviços
- b) produtos industrializados; serviços; operações de crédito
- c) propriedade predial e territorial urbana; serviços; operações de crédito
- d) produtos industrializados; propriedade territorial rural; operações de crédito

e) serviços; propriedade predial e territorial urbana; propriedade de veículos automotores

48) De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correspondente às normas que regem o Sistema Tributário Nacional:

- a) Constituição Federal, leis municipais e código civil.
- b) Código de Defesa do Consumidor, leis estaduais e Constituições Estaduais
- c) Resoluções do Senado Federal, leis complementares e leis estaduais
- d) Medidas provisórias, leis federais e resoluções do Conselho Nacional de Contabilidade
- e) Leis municipais, resoluções do Banco Central e resoluções da Câmara dos Deputados

49) Um dos tributos de competência municipal é aquele decorrente de obras públicas, ou seja, instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária. Esse tributo é o que a legislação denomina de:

- a) contribuição de melhoria
- b) contribuição de valorização imobiliária
- c) empréstimo compulsório
- d) imposto predial e territorial urbano
- e) taxa de valorização imobiliária

50) Considerando as disposições constitucionais sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição
- c) cabe à lei ordinária a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes
- d) os Estados poderão estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais

e) a União pode instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios



JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUIZ DE FORA/MG

FOLHA DE RESPOSTA

NOME DO CANDIDATO(A): _____

QUESTÃO	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

QUESTÃO	A	B	C	D	E
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					